

Coronavírus

O papel dos servidores na pandemia

Págs. 11, 12 e 13

Pesquisa: servidores e as tentativas de corrupção no RS

Págs. 4, 5, 6 e 7

Comitê Popular doa 70 toneladas de alimentos

Pág. 9



Antônio Augusto Medeiros
Diretor-presidente do Sintergs

Anossa gestão se iniciou em meio à maior mobilização dos servidores públicos nas últimas décadas. Este ano começou oxigenado pela organização dos trabalhadores públicos em um grande ato de resistência que foi a greve deflagrada entre o final de 2019 e o início de 2020 por dezenas de categorias e milhares de representantes do funcionalismo em todo o Estado. Foi um ano extremamente atípico. Podemos dizer que o século XXI se inicia agora, a partir da pandemia, deste “evento” que irá mudar os rumos da sociedade e a forma como a gente encara as relações de trabalho e as relações sociais. É um momento de reflexão profunda.

Os sindicatos têm papel fundamental na defesa dos trabalhadores para que o direito à saúde seja garantido a todos, sem esquecer dos que estão na linha de frente. O Sintergs se manteve

A maior crise sanitária do século

atuante, denunciando ao Ministério Público do Trabalho situações como a falta de equipamentos de proteção individual (EPI) e a impossibilidade de revezamento entre colegas, entre outras questões. Contrariando aqueles que diziam não haver motivo para preocupação, nós cumprimos com a nossa função, com a consciência e a convicção de que estamos passando pela maior crise sanitária do século. Sabemos que, a partir da pandemia e da política de Estado mínimo, a tendência é que se intensifiquem os ataques aos servidores públicos. Os sindicatos têm a responsabilidade de fazer esse enfrentamento, e o Sintergs está preparado para ampliar as lutas de resistência dos trabalhadores em 2021.

Teremos pela frente o desafio de construir um plano de carreira dos servidores públicos vinculados ao Sintergs, bem como garantir a reposição de perdas, já que vivemos há mais de seis

anos sem reajuste salarial nem pelos índices de inflação e com os vencimentos parcelados. Não é possível que essa situação se perpetue. Precisamos estar organizados para o confronto.

Em outubro deste ano, tivemos aumento da arrecadação de ICMS aqui no Estado na comparação com o mesmo mês do ano passado. Ou seja, apesar do coronavírus, há uma evidente melhora na situação fiscal do Rio Grande do Sul. Se faz necessária, então, mais do que nunca, a valorização dos servidores estaduais, pois ficou claro que o serviço público foi fundamental para enfrentar de forma eficiente a pandemia de coronavírus que já custou a vida de milhares de brasileiros e, também, de gaúchos. Os servidores públicos são a linha de frente das políticas implementadas pelo Estado.

Em 2021, o Sintergs estará exercendo o seu papel e compondo fileira nessa batalha. ■

NOVA GESTÃO

Primeiro ano de gestão marcado por desafios da pandemia



A diretoria eleita para o triênio 2020-2022 assumiu em janeiro e, dois meses depois, com a chegada da pandemia, já se deparou com os primeiros desafios da gestão. A rotina mudou e, para a segurança de todos, foi necessário implementar o home office. Em setembro, após seis meses de teletrabalho, o Sintergs adaptou suas estruturas e retomou as atividades presenciais, cumprindo todos os protocolos de saúde. Desde então, os atendimentos ocorrem somente por agendamento. Já os atendimentos jurídicos permanecem virtuais.

Mesmo com as equipes trabalhando remotamente, o sindicato não parou. Promoveu lives e encontros virtuais para tratar de previdência, saúde, aposentadoria e direitos trabalhistas, ampliou os convênios com farmácias e prestadores de serviços e participou de campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos, entre outras ações. Além disso, acompanhou e continua acompanhando as condições de trabalho e de segurança de seus associados, já que muitos se mantiveram em atividade durante a pandemia.

A nominata completa da nova diretoria executiva, que tomou posse em janeiro, é a seguinte:

Antônio A. Rosa Medeiros	Diretor -Presidente
Elpídio Jacques de Borba	Diretor 1º Vice-Presidente
Danilo Luiz Krause	Diretor 2º Vice-Presidente
Angela Antunes de Souza	Diretora 1º Secretária
Joanes Machado da Rosa	Diretor 2º Secretário
Daniel Lima Gonzaga	Diretor Financeiro
Francisco Menegat	Diretor Financeiro Adjunto
Guilherme Toniolo	Diretor de Política Salarial
Humberto Periolo	Dir. Setorial, de Assuntos Func. e Qualificação Técnica
Valdir Bandeira Fiorentin	Diretor de Comunicação
Nelcir André Varnier	Diretor de Assuntos Regionais e Setoriais
Raquel Fiori	Diretora de Assuntos Previdenciários e Saúde

Suplentes Diretoria Executiva:

Fátima D'Ávila Pereira
 André Ribeiro Correa
 Ivone Antunes Peixoto
 Nadia Silveira Pacheco
 Francisco Omar Salles
 Luciano Homrich da Fontoura
 Ciro Sant'Anna de Lima
 Maria Helena Saraiva Marques

Suplentes Previdência:

Leonora Horn Schneider
 Pedro Alberto Martins

Conselho Fiscal:

Maria Lúcia Mendes
 Carla Menger Lehngour
 Joseane Maria Becker

Suplentes Conselho Fiscal:

Drecina Figueiredo
 Claudia de Negreiros Magnus
 Nelson Gomes Bertoldo

Aposentados:

Ana Lúcia Touguinha
 Rubem Campos Munhoz Vasconcellos

Suplentes Aposentados:

Julio César Molina Diógenes
 Hugo Fin

PESQUISA

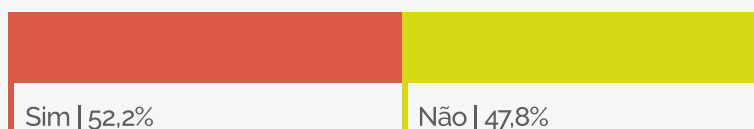
Metade dos servidores de nível superior já sofreu tentativa de corrupção no RS

Estudo mostra menor engajamento entre associados do Sintergs do que entre trabalhadores da iniciativa privada. Análise serviu de base para criação de cartilha com diretrizes contra a corrupção.

Em pesquisa inédita com servidores públicos de nível superior do Rio Grande do Sul, 52,2% relataram já ter sofrido algum tipo de tentativa de suborno. Dos 366 participantes, 191 declararam já terem sido assediados com propostas. Destes, 49,2% receberam oferta de presentes e 33%, de propina.

Os dados fazem parte da dissertação de mestrado do psicólogo Felipe Vilanova, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS. O estudo, realizado com associados do Sintergs entre fevereiro e maio de 2020, foi divulgado pelo sindicato no dia 28 de outubro, Dia do Servidor.

Já tentaram te corromper no contexto do serviço público?



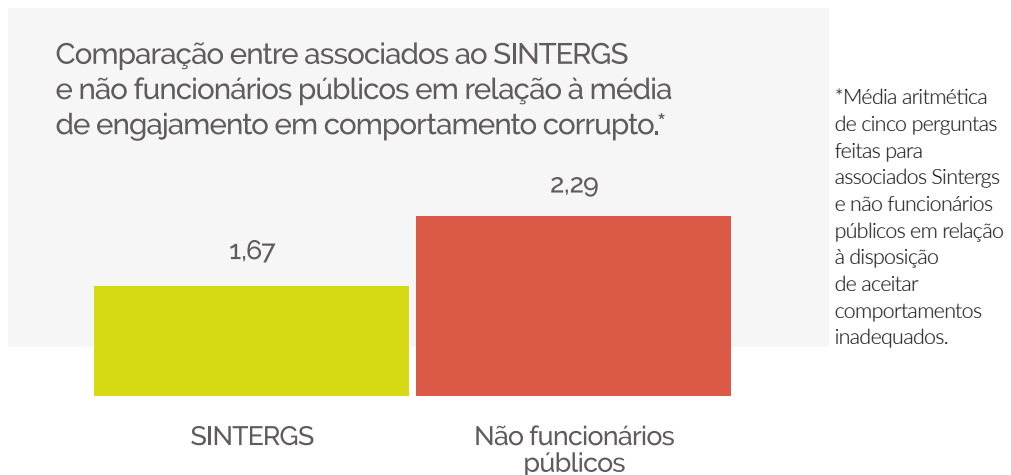
Como já tentaram corromper no contexto do serviço público?



As respostas mostram que, para os trabalhadores de nível superior do Poder Executivo do Rio Grande do Sul, as ações adotadas pelos governos nos últimos três anos são insuficientes para coibir corrupção. Para 42,2%, as medidas foram ineficientes e 22,5% indicaram que nada mudou.

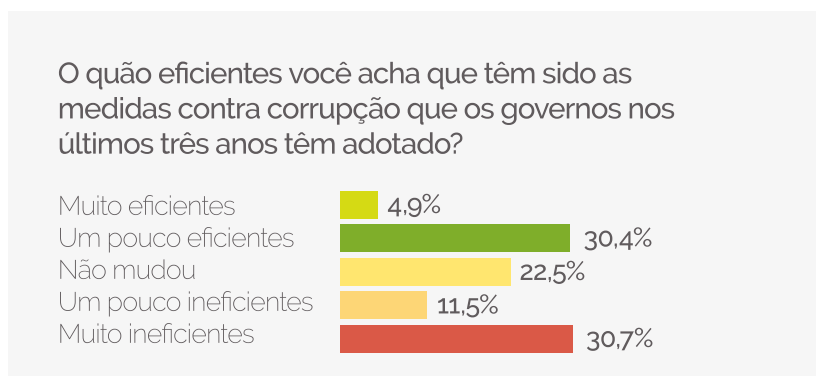
Em relação ao engajamento em comportamentos

corruptos, a média entre os servidores foi de 1,67 – em uma escala de um a nove. O indicador é uma média das respostas para cinco perguntas da pesquisa. Em estudo realizado anteriormente pelo pesquisador com trabalhadores da iniciativa privada, a média foi de 2,29. Ou seja, a probabilidade de praticar atos corruptos é menor entre os servidores do Sintergs.



“A pesquisa evidencia a baixíssima tendência à corrupção por parte dos servidores gaúchos, o que contrapõe as narrativas construídas contra o funcionalismo. O acesso às carreiras públicas, com concurso, estabilidade e todas as garantias, é peça fundamental para que se mantenha a boa prestação do serviço e se evite atos de corrupção, o que está em risco com a reforma administrativa”, afirma Antonio Augusto Me-deiros, presidente do Sintergs.

Segundo Vilanova, “a menor disposição à corrupção entre trabalhadores do serviço público se assemelha ao verificado na Dinamarca”. A percepção é reforçada pelo pesquisador em Psicologia Social Angelo Brandelli Costa, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e orientador do trabalho de Vilanova. “A população, em geral, tem imagem contrária, mas a verdade é que os servidores públicos parecem ter menor propensão à corrupção”.



PESQUISA

Sintergs lança cartilha com diretrizes para combater a corrupção

Com objetivo de contribuir para as boas práticas no serviço público, o Sintergs lançou em outubro a cartilha *Diretrizes para combater a corrupção – Pesquisa desconstrói a narrativa da falta de ética no serviço público*. O pesquisador Felipe Vilanova, com orientação do professor Angelo Brandelli Costa, apresenta sugestões a partir da pesquisa e de outros estudos sobre o tema. Com base nos dados, os pesquisadores propuseram cinco diretrizes:



1

Reduzir sensação de esgotamento nos funcionários, priorizando decisões que envolvem recursos financeiros ou licenças públicas no início do expediente;

2

Promover ambientes de cooperação;

3

Coibir práticas antiéticas;

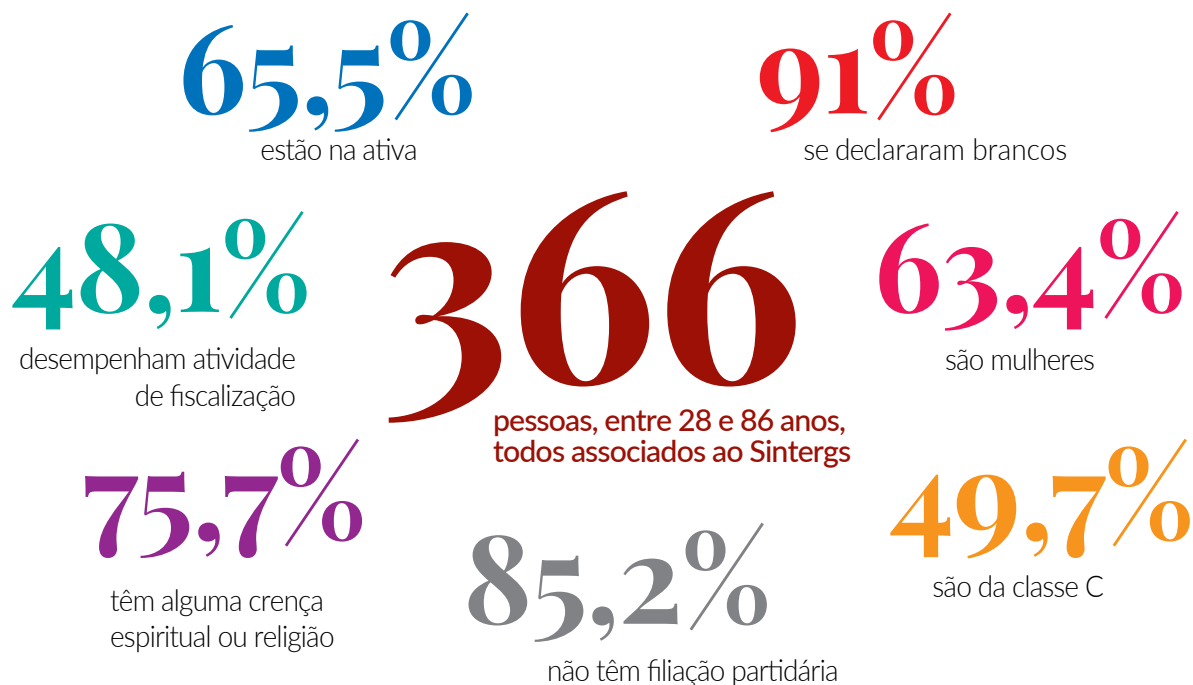
4

Garantir que cargos de liderança sejam ocupados por quem distingue práticas legais de ilegais;

5

Garantir transparência, efetividade e segurança dos canais de denúncia.

Perfil dos participantes



Negros representam 3% dos servidores de nível superior do RS

A pesquisa mostra que apenas 3% dos funcionários públicos com graduação são pretos. Entre os 366 participantes, 5,7% são pardos e 0,3%, indígenas. Brancos chegam a 91%. A baixa representatividade, especialmente em cargos de nível superior, demonstra a dificuldade de acesso à educação de qualidade. Por isso a importância de questionar a desigualdade e assumir que há privilégios em ser branco. “Esse é o primeiro passo para a mudança”, pontua a diretora do Sintergs Angela Antunes. “Entender a

necessidade das cotas, da dívida histórica do Brasil com os afrodescendentes e indígenas e desmitificar a meritocracia, como se todos tivessem acesso às mesmas condições, é fundamental”, avalia Angela.

Conforme a dirigente, o 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra tem sua raiz em solo gaúcho, no Grupo Palmares, em Oliveira Silveira, Antonio Carlos Côrtes e outros militantes negros e negras. A data precisa conscientizar, também, a branquitude.

REPRESENTATIVIDADE

Educação e oportunidades abrem caminhos

No Dia da Consciência Negra, em 20 de Novembro, contamos as histórias de três servidoras e um servidor do Estado. Eles relatam que a conquista da representatividade vem pela educação, família e oportunidades. Confira os depoimentos:

Foto: Ivan Pereira



“Às vezes, olham pra mim e dizem que as cotas não são necessárias: se tu conseguiste, outros também conseguem. Mas um dos meus anjos, homem preto que conseguiu meu primeiro estágio, não se formou. Faltou suporte familiar e econômico. Meus pais abriram mão de conquistas para eu me formar, eu abri mão. Não havia estrutura, por isso a necessidade de reparação.”

Josi Beatriz Viegas Cunha,
engenheira civil, Secretaria de Obras

“A mobilização tem que ser coletiva. Vejo que tem uma onda, ainda que discreta, vindo. Parte da base e tem que vir de todas as frentes, da população afrodescendente e também das pessoas antirracistas que não são afrodescendentes.”

Salete Beatriz Ferreira, geógrafa,
Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema)



Foto: Suzane Marcuzzo

“Capacidade todo mundo tem, mas oportunidades não. Sem uma educação de qualidade, realmente a gente vai ter dificuldade de ter essa representatividade. Isso em qualquer meio, tanto no meio político quanto no meio social. No serviço público, sem a oportunidade do estudo e da qualificação, fica bem complicado diminuir essa diferenciação.”

Leandro Santos Quaresma, médico veterinário,
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Seapdr)

Foto: Arquivo pessoal



“Acredito que o fato de não ter sofrido preconceito esteja diretamente ligado à questão financeira da minha família. Fui preparada para ser vencedora e ter voz para ser respeitada. E meu comportamento afasta a possibilidade de sofrer algum tipo de agressão.”

Denise Figueiredo, médica veterinária,
aposentada do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS)



Foto: Arquivo pessoal

AÇÃO SOCIAL

Sintergs e Comitê Popular doam 70 toneladas de alimentos

O Comitê Popular em Defesa do Povo e Contra o Coronavírus, que reúne associações, sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais e entidades, arrecadou e distribuiu mais de 5 mil cestas básicas para a população em situação de vulnerabilidade devido à pandemia da Covid-19.

O volume de doações totaliza 70 toneladas de alimentos e material de limpeza, distribuídos em regiões de Porto Alegre onde a população não recebe ajuda oficial – tanto do governo estadual quanto do governo municipal. Na avaliação do presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros, a campanha de doações cumpre um importante papel no que diz respeito à solidariedade durante a pandemia.

Espaço ampliado e suprapartidário, de todas as organizações que lutam pela vida e têm disposição de construir ações concretas e unificadas, o Comitê Po-

pular foi criado no início de abril como reação à inércia das autoridades em relação aos danos sociais causados pela pandemia.

O Sintergs, atento à sua responsabilidade social, integrou o Comitê desde as primeiras articulações que resultaram na sua construção, e participa ativamente das ações solidárias adotadas coletivamente.

As medidas em defesa da vida se inferem na pauta geral pela garantia de emprego e da renda básica, por quarentena, pela revogação da Emenda Constitucional 95 (teto de gastos públicos), defesa do SUS, taxação das grandes empresas e grandes fortunas e defesa incondicional do serviço público.

Além disso, a atuação conjunta das três esferas governamentais, com recursos financeiros e humanos, pode garantir a saúde, os empregos e a vida da população mais vulnerável do nosso estado e país.



Foto: Bruna Karpinski



A raposa e o moinho

Joanes Rosa

diretor do Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Rio Grande do Sul

Em outubro, foi divulgada a triste notícia sobre a decretação de falência da Aplub, resultando no desespero de milhares de pessoas que tiveram frustrado o direito de receber seus benefícios de aposentadoria. Os atingidos, em sua maioria idosos, não terão mais tempo para iniciar o pagamento de outro plano de previdência. E, mesmo aqueles que tiverem alguma outra fonte de renda, sem o aporte da aposentadoria não será suficiente, sequer, para sua sobrevivência, ocasionando prejuízos incalculáveis.

Certamente não foi o primeiro caso, nem o último, em que empresas de seguros ou de previdência privada entram em falência, ocasionando prejuízo incalculável para seus contribuintes. Os beneficiários dos fundos de pensão do Postalís (Correios), Funcef (Caixa Econômica Federal), Previ (Banco do Brasil) e Petros (Petrobras), por exemplo, ainda sofrem pela interferência de gestores nomeados ou de terceirizações de diretorias. Esse cenário evidencia que a ação político-partidária e a onda neoliberal são uma constante ameaça para o

futuro de milhões de pessoas, situação que não é exclusividade brasileira.

O Chile, por exemplo, privatizou a previdência e ocasionou o sacrifício da aposentadoria de milhares de pessoas, que hoje recebem menos de um salário mínimo como provento. Aqui, na querência amada, onde nunca seremos escravizados devido às nossas virtudes, há muito vem pairando a ameaça do desaparecimento da previdência pública do nosso IPERGS.

A “mão invisível”, referida por Adam Smith, com luvas de pelica, há bastante tempo vem movimentando as peças do xadrez da previdência pública do RS: alega a insustentabilidade dos planos, caso não se façam alterações. Uma modificação aqui, outra ali, um aumento de alíquota, a criação de uma previdência complementar, a migração, a venda de imóveis, o não recolhimento da contribuição patronal etc. Tudo isso com a sutileza e a esperteza da raposa. Não a raposa da lenda, mas a real, a raposada, a implacável, a dos conchavos. A que não perde o focinho no moinho.

CORONAVÍRUS

O papel dos servidores na pandemia

Quando a Covid-19 surgiu, há um ano, na China, a maioria das pessoas não poderia imaginar a dimensão da crise mundial que estava por vir. A doença se alastrou rapidamente e, em dois meses, chegou ao Brasil. Neste curto período de tempo, os servidores públicos que atuam na Secretaria Estadual da Saúde (SES) já estavam atentos às notícias que vinham da Ásia e da Europa e começavam a tomar as primeiras providências para o momento em que o novo coronavírus chegasse ao Rio Grande do Sul.

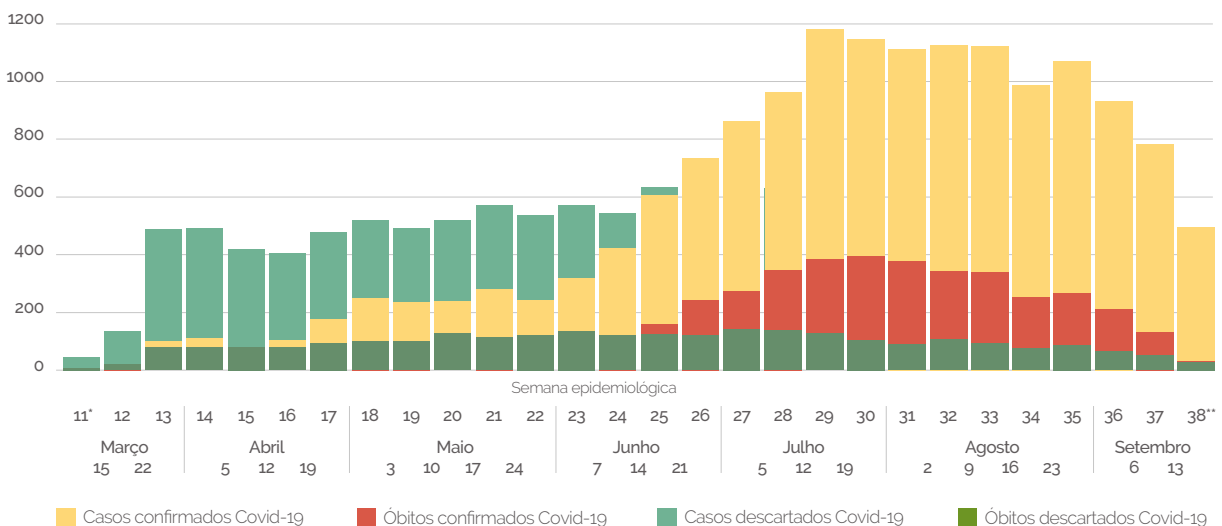
Passada a fase mais crítica da pandemia, os servidores seguem atentos. “Certamente o vírus irá circular por um tempo considerável na população e seu impacto dependerá de uma série de

fatores, como a flexibilização do distanciamento social, da imunidade de rebanho e da imunidade adquirida pela vacina”, pontua a servidora Leticia Garay Martins, especialista em saúde que integra o Centro de Operações de Emergências (COE) da SES — grupo multissetorial que coordena todas as ações para o enfrentamento ao coronavírus.

Uma das atividades fundamentais é a testagem, onde o Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen-RS) foi responsável por mais de 80% dos testes de RT-PCR de Covid-19 durante os primeiros meses da pandemia. Os servidores de nível superior do Estado atuam em várias frentes, sendo fundamentais tanto no acompanhamento epidemiológico quanto no diagnóstico da

doença, como mostra o gráfico das Síndromes Respiratórias Agudas Graves (SRAG), com casos confirmados para novo coronavírus e óbitos (abaixo/ao lado). Presidente do Sintergs, Antonio Augusto Medeiros avalia que a pandemia evidenciou o quanto é necessário um Estado forte para que se possa responder à altura os desafios dessa natureza. “Não há como enfrentar uma pandemia sem um sistema de saúde, de vigilância e de inteligência epidemiológica funcionando, valorizado e ativo. Sem um laboratório de referência, com todos os equipamentos necessários e a valorização das pessoas para que deem conta das testagens. Sem a pesquisa em saúde, funcionando e com os recursos necessários”, alerta o dirigente.

Casos de Síndromes Respiratórias Agudas Graves (SRAG) hospitalizados



* A semana 11 começou em 8/3. ** A semana 38 terminou em 19/9. Obs: há 520 casos em investigação e 24 óbitos em investigação Fonte: Secretaria Estadual da Saúde (SES)

PANDEMIA

A importância do CEVS no enfrentamento

Em janeiro e fevereiro, os “rumores” sobre a doença, como chamam os profissionais da Saúde, aumentaram. A primeira medida da Divisão de Vigilância Epidemiológica (DVE), que já atuava com foco em doenças respiratórias, foi a vigilância de contenção ao vírus. Desde a ocorrência da influenza A (H1N1), em 2009, o Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS) estava estruturado para atender às síndromes respiratórias agudas graves (SRAG). Os servidores, portanto, já acumulavam conhecimentos que agregaram no enfrentamento ao coronavírus.

“O CEVS é a base para tudo hoje. A Vigilância monitora e siste-

matiza todos os dados para pensar na doença a partir de um olhar que possa mitigar o impacto”, explica a especialista em saúde **Leticia Garay Martins**, da DVE. A servidora reforça que as estratégias de enfrentamento e as dinâmicas se modificam em função do comportamento da doença.

No dia 10 de março, foi confirmado o primeiro caso no Rio Grande do Sul. Um dia depois, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia, mudança que obrigou países a tomarem atitudes preventivas mais robustas. Por aqui, as atenções se redobram. Nas semanas seguintes, com a verificação da transmissão comuni-

tária no Estado, o foco passou a ser na vigilância de mitigação.

Naquele momento, começaram a ser observadas as tendências de comportamento da Covid-19 em solo gaúcho a partir de casos, surtos e óbitos. Foram feitas adaptações no sistema, que passou a considerar novas variáveis.

Em setembro, foi observada uma tendência de estabilidade da doença no Rio Grande do Sul. A partir de outubro, a curva mostrou uma leve queda no número de casos. Mas, em novembro, a curva voltou a crescer. Para que seja possível voltar a reduzir, é crucial seguir monitorando e manter as medidas de controle recomendadas.



PANDEMIA

Lacen-RS chegou a analisar 80% dos testes RT-PCR

Em meio à pandemia que desafiou profissionais da área da saúde em todo o mundo, o Laboratório Central de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (Lacen-RS) destacou-se como referência no diagnóstico da Covid-19. Pioneiro na análise de exames do tipo RT-PCR no Estado, nos primeiros meses da pandemia chegou a analisar 80% dos testes desse tipo. O laboratório público é vin-

culado à Secretaria Estadual da Saúde (SES).

Para dar conta da demanda, os profissionais que atuam no laboratório chegaram a trabalhar aos sábados, domingos e feriados, das 7h às 19h.

No entanto, assim como todos os servidores do Estado, os profissionais do Lacen estão com os salários atrasados, parcelados há cinco anos e sem reposição da

inflação há sete anos. “O servidor acaba compreendendo qual a sua missão na área da saúde: atua com afeto no atendimento e no cuidado dos usuários do SUS”, reflete o farmacêutico bioquímico Masurquede Coimbra, que atua no setor de recebimento de amostras biológicas do Rio Grande do Sul, ressaltando a importância do Lacen para a população gaúcha.

De olho na vacina

A população aguarda por uma resposta positiva da ciência no que diz respeito à aprovação de uma vacina para a Covid-19. Enquanto o Núcleo Estadual de Imunização, inserido na DVE, já está pensando na logística de distribuição, alguns trabalhadores da área da saúde se candidatam para receber as vacinas em fase de teste. Masurquede é um dos voluntários inscritos para receber a vacina chinesa, que está sendo testada no Hospital São Lucas, da PUCRS.

Masurquede Coimbra coletando sangue para avaliação da resposta da primeira dose da vacina



Foto: Arquivo pessoal/Masurquede Coimbra

Evolução do coronavírus no RS

JANEIRO A MARÇO	MARÇO A SETEMBRO	SETEMBRO E OUTUBRO	OUTUBRO E NOVEMBRO
O mundo em alerta vigilância de contenção	Primeiro caso no RS vigilância de mitigação	Estabilidade e queda do número de casos	Leve aumento do número de casos

TRABALHO

Os desafios invisíveis das mães servidoras que atuam nos serviços essenciais

O Estado e a sociedade vêm fechando os olhos para mulheres com filhos que se mantêm em atividade presencial durante a pandemia. É o caso das servidoras públicas da Defesa Agropecuária, que atuam em serviços essenciais para a população.

Para dar conta de uma jornada que ganhou um quarto turno de trabalho, as mães precisam fazer malabarismos para conseguir alguém que cuide de seus pequenos enquanto escolas e creches estão fechadas, por segurança.

Conversamos com três funcionárias de carreira da Secretaria da Agricultura, de diferentes regiões do Estado. Todas relataram o aumento de funções e de cansaço, seja pela sobrecarga de trabalho, seja pelo acúmulo do papel de mãe e auxiliar nas tarefas escolares. “Temos de trabalhar e recorreremos a vizinhos, amigos e família enquanto as escolas estão fechadas. É um problema invisível ao governo e à sociedade”, explica Beatriz Scalzilli, 41 anos, mãe de Marcelo, cinco anos. A fiscal agropecuária atua no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa), em Porto Alegre.



Foto: Arquivo pessoal/Beatriz Scalzilli

Aline Lima de Souza, 39 anos, mãe de Antonnio Eduardo, 10 anos, concorda. Segundo a fiscal agropecuária, o governo não leva em conta a situação de mães com filhos. “Tenho colegas que não têm com quem deixar seus bebês. Outras, em licença maternidade, terão de voltar a trabalhar quando acabar o período porque não tiveram direito a ficar em casa”, detalha a servidora da Inspeção de Defesa Agropecuária (IDA) de Palmeira das Missões, na região Norte.

Com um colega em teletrabalho por pertencer a grupo de risco, a fiscal agropecuária Liese Vargas, 30 anos, da IDA de Vacaria, conta

com a parceria de apenas um colega da área vegetal para atender 23 municípios nas regiões dos Campos de Cima da Serra e do Nordeste, o que aumentou a carga de trabalho.

“Mesmo com orientação para evitar fiscalizações presenciais, não podemos parar porque atuamos em uma atividade essencial, que ajuda a garantir a produção e a segurança alimentar”, reflete a mãe de Maria Eduarda, 10 anos. Conciliar esse cenário com a atenção necessária à filha, e ainda auxiliar nas atividades da escola, está sendo bastante complicado para ela.

Na Secretaria da Agricultura,

o teletrabalho é permitido apenas para quem apresenta atestado médico. Já o revezamento deixou de ser adotado após comunicado da pasta, que em maio convocou todos os servidores da Defesa Agropecuária a voltarem a seus postos, contrariando o próprio decreto do governo estadual, que estabelece essa modalidade de trabalho. “Embora o revezamento não seja a situação ideal, traz certa flexibilidade. Do ponto de vista do sindicato, a medida da secretaria colide com o decreto, o que foi questionado junto ao Ministério Público do Trabalho”, destaca Angela Antunes de Souza, diretora do Sintergs.

Falta de rede de apoio e suspeita de coronavírus afetam saúde emocional

O acúmulo de funções é realidade para a fiscal estadual agropecuária **Aline Lima de Souza**, 39 anos. Em dia de ações de fiscalização, sai às 6h de casa e só retorna às 16h30min. Isso a obriga a pagar um extra à babá, que cuida do filho Antonnio Eduardo, 10 anos, à tarde.

No restante da semana, o serviço é no campo ou na sede da inspetoria, o que permite atenção ao pequeno no horário de almoço.

Aline queria poder manter alguém cuidando do filho todas as tardes, mas recorre às vizinhas porque o salário não permite. Mesmo com dificuldade, paga reforço escolar duas vezes por semana para o menino, que está no quinto ano do Ensino Fundamental.

A situação é estressante, mas Aline já teve período de maior apreensão quando estava com suspeita de ter contraído a Covid-19. Em março, ao retornar de uma capacitação em Porto Alegre, teve sintomas da doença e esteve a ponto de ser internada, mas convenceu as médicas de que não teria com quem deixar o filho.

Após longo período de dores, fadiga e três testes, descobriu que tinha mononucleose, além de conjuntivite. Mas o impacto psicológico já tinha sido grande.

“No começo, vivi um período de terror pelo risco de ter contraído o coronavírus e ser responsável por meu filho. Ainda mais longe da família, quando fiquei debilitada e quiseram me internar. Desde essa época, comecei a tomar ansiolítico e remédio para dormir”, revela.

Para reduzir a ansiedade, Aline ocupa o tempo com o trabalho na IDA e como voluntária em uma associação de proteção a animais de rua. Em casa, brinca e faz as tarefas com o filho, lê, vê filmes e cuida dos gatos. Também faz meditação, ioga e passou a rezar mais. Outra medida para se preservar foi reduzir a busca de notícias sobre a pandemia, hoje limitada a alguns sites e telejornais. “Estava somatizando, deixei de absorver e estou pedindo cada vez mais proteção.”



Foto: César Thomé

TRABALHO

Jornadas mais longas afetam convívio familiar

Foto: Lucio Amaral



“Falta tempo”. Essa é a percepção da fiscal estadual agropecuária **Liese Vargas**, 30 anos, sobre a realidade que vive desde março, quando começou a pandemia. Tempo para a filha, Maria Eduarda, 10 anos, que tem mais necessidade de sua presença por estar em casa, já que as aulas estão suspensas. E tempo para si mesma pois, quando não está atuando como fiscal agropecuária, se desdobra para organizar a casa e auxiliar os estudos da pequena.

Um dos serviços que exige saídas de campo é o monitoramento de pomares de maçã para verificar a incidência de doenças e pragas. Também é preciso pegar a estrada, o que pode significar percorrer até 400 quilômetros em um dia, para coletar amostras e atender a denúncias de uso incorreto de agrotóxicos. Quando está no escritório, organiza e elabora relatórios, analisa documentos e atende produtores.

Enquanto a mãe está trabalhando, a filha fica com

a avó paterna – ou seja, das 8h até perto das 18h. Mas é com Liese que a pequena realiza as tarefas da escola, à noite. “Preciso me dedicar, pois ensino sem ter a didática da professora”. Apesar das dificuldades, a engenheira agrônoma se reconhece como privilegiada por ter quem a apoie, incluindo o pai de Maria Eduarda. “O ideal seria contratar alguém para cuidar da minha filha, mas com o salário parcelado tenho dificuldade. Me sinto cansada física e psicologicamente, mas acho que estou conseguindo lidar bem com essa situação porque sei que é temporária”, afirma.

A servidora conta que voltou recentemente para a academia como forma de manter a saúde física. Com as horas escassas, Liese tenta manter a leitura antes de dormir, mas confessa que, com o cansaço dos dias, consegue vencer poucas páginas por noite. E mata as saudades da família e dos amigos, que encontra apenas virtualmente pelo risco de contágio.



Foto: Bruna Karpinski

Maternidade, pandemia e descaso do governo

Imagine trabalhar durante a pandemia sem saber se conseguirá alguém para cuidar do seu filho. Ou, a cada semana, pesquisar quem tem disponibilidade de ajudar e em quais dias. “Está sendo horrível, é desesperador. Minha mãe mora fora de Porto Alegre e é grupo de risco. Tenho de recorrer a vizinho, irmã, afilhada. Assim como eu, outras mães estão na mesma situação de não conseguir dar uma rotina para a criança”, desabafa a médica veterinária **Beatriz Scalzilli**, 41 anos, fiscal estadual agropecuária, que divide a guarda do filho com o ex-marido.

Mais de uma vez, Beatriz teve de faltar ao trabalho por não conseguir ninguém para ficar com Marcelo, cinco anos. Vice-presidenta da Associação dos Fiscais Agropecuários do Rio Grande do Sul (Afagro), a servidora informa que a Secretaria da Agricultura não tem nenhuma orientação específica que contemple a situação dela e de outras mães, tendo de contar com a compreensão de sua chefe, que é mulher, também é

mãe e lhe dá apoio, pois entende a situação.

Em outro dia, teve de deixar o filho chorando na casa da irmã para poder cumprir horário na secretaria. Voltou antes da aula on-line de Marcelo, que começa às 16h – para compensar a saída mais cedo, trabalhou no horário de almoço. Após a aula, arrumou casa, lavou roupa, fez janta, deu banho, brincou e, exaustos, mãe e filho foram dormir.

Às vezes, o pequeno quer saber sobre o vírus e, repetidamente, se é perigoso para crianças e adultos, preocupado consigo, seus amigos e com os pais. Além de explicar a importância dos cuidados para evitar o contágio, Beatriz fala sobre a doença, mas tendo o cuidado de não deixá-lo impressionado.

A servidora define como “complexo” o desafio de conciliar a maternidade com o trabalho na linha de frente, atuando presencialmente durante a pandemia. Sobretudo para as mulheres, pontua Beatriz, “esse é um problema social que os governos ignoram”.

ARTIGO



Angela Antunes de Souza

diretora do Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Rio Grande do Sul

O ano de 2020 vai entrar para a história mundial. A pandemia de Covid-19 foi devastadora para a economia, mas muito mais para a vida humana. Escancarou a desigualdade e o abismo entre ricos e pobres, afetando ainda mais a vida das mulheres trabalhadoras, principalmente as mulheres negras. Foram as mulheres que ficaram mais expostas à violência doméstica, ao desemprego, à sobrecarga de trabalho e ao medo.

Entre as trabalhadoras de serviços essenciais do Estado, que não puderam realizar trabalho remoto por exercerem atividades ligadas à saúde, à agricultura e à segurança, houve uma grande apreensão, desde a verificação das más condições de trabalho, que envolviam a falta de EPIs e de protocolos rígidos de higiene e de saúde dos servidores, até o fato de não ter com quem dei-

Pandemia, reflexão e luta para as mulheres

xar os filhos enquanto trabalhavam.

É interessante que mais de 100 anos se passaram desde que, em fevereiro de 1909, cerca de 15 mil trabalhadoras da indústria têxtil marcharam em Nova York para chamar a atenção sobre as más condições de trabalho a que estavam submetidas. Há mais de um século, também, operárias russas saíram às ruas, em 8 de março de 1917, para se manifestarem contra a fome e a entrada do país na Primeira Guerra Mundial.

Se fomos um pouco mais longe na história, em 1888, no Brasil, ocorria a abolição da escravatura. As mulheres e os homens negros estavam livres, mas, perante a lei, não eram cidadãos e não tinham os mesmos direitos de seus pares. Os homens brancos, assim como hoje, estavam no topo da pirâmide social e econômica, acima das mulheres brancas, dos homens negros e das mulheres negras.

Isso nos leva a uma importante reflexão sobre a situação atual, já que mais de 130 anos após a abolição, a situação das mulheres, e principalmente das mulheres negras, ainda precisa de muita atenção e de luta. O mercado de trabalho continua injusto com as mulheres e a pandemia agravou ainda mais a situação. O machismo e o racismo continuam presentes e se tornaram temas de discussão ainda mais im-

portantes em nossa sociedade com a pandemia.

Verificamos o aumento das dificuldades enfrentadas pelas mulheres trabalhadoras, sobretudo pelas mães, como as servidoras que contaram as suas histórias na reportagem deste informativo. Essas profissionais entendem a importância de suas atividades, mas denunciam a invisibilidade desse problema social, tanto para o governo, quanto para a sociedade.

Mulheres pioneiras, destemidas, conscientes, empoderadas, idealistas e fortes, que relatam a complexidade de conciliar a maternidade com o trabalho na linha de frente, o acúmulo de funções, as dificuldades financeiras com o salário parcelado e o cansaço físico e psicológico, além do medo de “levar o vírus para casa”. Juntas, elas representam um universo de servidoras públicas cujo trabalho tem sido tão desvalorizado pelos governos, mas essencial para a sociedade.

O ano de 2020 foi difícil, mas oportunizou discussões sobre as desigualdades e a necessidade de mudança. A pandemia escancarou esta ferida e mostrou, mais uma vez, que precisamos de uma sociedade mais justa, igualitária, com respeito aos direitos de todas e todos, sem machismo, racismo ou qualquer tipo de discriminação. Somos todos responsáveis por esta mudança. ■

8 DE MARÇO

Evento presencial marcou Dia da Mulher na pré-pandemia



No dia 10 de março, quando ainda não se tinha a dimensão de como a pandemia transformaria a rotina e a vida de todos, o Sintergs fez uma homenagem às trabalhadoras do serviço público. A programação, que contemplou uma roda de conversa com convidadas especiais e entrevistas com servidoras de várias secretarias, marcou o 8 de março e a luta das mulheres.

Entre as convidadas para o evento na sede do sindicato estavam três gerações que buscam um mundo melhor e que acreditam no potencial transformador da luta das mulheres. Feminismo, violência doméstica, discriminação e políticas públicas foram temas do encontro.

Graduada em Letras e mestra em Educação, Maria Conceição Fontoura é uma ativista que há mais de 40 anos atua nos direitos humanos, nas relações étnico-raciais e no feminismo negro. Em sua fala, afirmou que a luta da mulher negra e de todas as mulheres por participação nos espaços públicos é a luta de todas e todos

os brasileiros por um país melhor. Militante dos direitos humanos e coordenadora da Força-Tarefa de Combate aos Femicídios, a advogada Ariane Leitão reforçou que “lugar de mulher é...” na discussão e planejamento dos orçamentos públicos. A convidada destacou que o Rio Grande do Sul é o terceiro Estado que mais mata mulheres no país.

Presidenta da União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre (UMESPA), Vitória Cabreiro, militante do movimento estudantil, falou sobre a dificuldade das mulheres jovens, principalmente de periferia, em concluir seus estudos, o que acaba por manter a grave desigualdade social brasileira.

O encontro foi um momento de intenso debate e reflexão, que contou com participação de mulheres e de homens para lembrar que ainda existem desigualdades. Temas que, durante a pandemia, demonstraram, ainda mais, a sua relevância.

“Você tem que agir como se fosse possível transformar radicalmente o mundo. E você tem que fazer isso o tempo todo.”

Angela Davis, ativista norte-americana dos direitos raciais

ARTIGO



Raquel Fiori

*Diretora de Assuntos
Previdenciários e Saúde*

Estamos passando por um cenário sombrio, instalado com o desastre biológico da Covid-19 aliado à insatisfação popular com o atual panorama político que nosso país vem enfrentando. E, como se não bastasse, temos os servidores públicos no meio da confusão geral, que sofrem pelas ideias distorcidas de nossas ações e atividades.

Mas afinal, o que faz mesmo um servidor público? É fácil saber. Basta você, leitor, ter aulas em uma escola pública ou necessitar dos serviços de um agente de saúde de sua região. Ou em uma UPA e pelo SAMU. Ou, ainda, precisar dos serviços de fiscalização realizados em produtos, bebidas e alimentos, que garantem a segurança sanitária da produção.

Posso lhes garantir que poderia ficar por horas aqui, arrolando uma lista imensa de todas as atividades

Por quem os sinos dobram?

concernentes a nós. Sabendo que o serviço público atende às necessidades essenciais da população, como saúde, segurança e educação, afirmo-lhes, porém, que nem tudo são flores: nesta jornada, é bom que você conheça os dois lados da moeda.

Uma das atribuições do servidor público é mudar a realidade social da população em geral, o que nem sempre é possível, pois existem limitações orçamentárias e burocracia que impedem avanços. Essa situação induz a um sentimento de que os servidores e servidoras nada podem fazer, pois sentem-se de mãos atadas – o que é muito diferente de dizer que os servidores precisam levar um choque de eficiência. Então, na nossa rotina, é preciso lidar com pressões, infraestrutura precária de trabalho, burocracia e, como se não bastasse, ouvir falar que seu desempenho é insuficiente e, de quebra, ter de lidar com o apadrinhamento político. E como não bastassem todas essas mazelas, ainda nem falamos sobre os atrasos salariais. Sim, meus queridos leitores, servidores também pagam conta de luz, condomínio, aluguel, escola, médicos, remédios e, sim, ia me esquecendo, também comem. As pessoas dizem que é interessante que

nós, servidores públicos, tenhamos essa experiência, pois assim aprenderemos a poupar. Mas o que você me diz dos nossos colegas professores, que foram às ruas de Porto Alegre mendigar dinheiro para pagar remédios e alimentação? E sobre a ajuda humanitária de parentes e amigos para suprir, com cestas básicas, suas necessidades essenciais de sobrevivência? E a depressão decorrente deste momento de crise? Sempre ouvimos dizer que o servidor público tem de fazer a sua parte, mas a saúde precarizada é mais do que um pequeno sacrifício – é um ato de violência contra o ser humano. O preço da cesta básica, por outro lado, aumentou em mais de 50%. Mas os salários seguem atrasados, os empréstimos sendo descontados. Como você, leitor, acha que se pode viver assim?

Ao invés de propor medidas de valorização do serviço público e dos servidores, o governo age no sentido contrário, nos ameaçando e intimidando. E aqui lhes pergunto: por quem os sinos dobram? Os sinos dobram em honra das pessoas – sem nome e sem glória – que morrem na luta da vida pública, de alegrias e de dor, de vitórias e derrotas, ou seja, eles dobram por ti (John Donne ,1624) .

PERGUNTAS FREQUENTES

Tire suas dúvidas sobre precatórios

As dúvidas sobre precatórios são comuns a vários associados do Sintergs, especialmente para quem espera há tempos pelo valor depositado na conta. Por isso, selecionamos os questionamentos mais frequentes, que podem ajudar quem aguarda ou já está apto a receber.

Por que não tenho o número do precatório? Todo precatório tem número. Caso ainda não o tenha, é porque o processo não chegou ao fim da sentença judicial. Ou, se já esgotou todos os recursos, ainda não gerou o título de precatório, que é quando se recebe o número.

Por que há outro grupo de colegas que já recebeu sua parcela preferencial e eu ainda não tenho nem o número do precatório? Se ainda não tem o número é porque não tem precatório, consequentemente, não pode receber a parcela preferencial. Outro grupo que já recebeu é porque está vinculado a outro processo, que teve desfecho mais rápido.

Por que meu processo está parado, sem movimentação? O processo principal fica sem movimentação em algumas situações: quando aguarda julgamento de embargos de devedor, de recurso ou quando já tem precatório. Neste caso, o processo principal é arquivado à espera do pagamento.

Por que estamos com processo em tramitação e não virou precatório? Durante a tramitação de um processo, há situações distintas: algumas se resolvem de forma célere e outras são demoradas. Em alguns processos do Sintergs, o Estado demorou a liberar as fichas financeiras, por cadastros incompletos ou informações inconsistentes, por exemplo. Também o Estado impetrou embargos ao devedor, com alegação de prescrição. Além disso, houve casos em que o Estado pleiteou discutir o índice de atualização dos cálculos.

É possível consultar o precatório pelo CPF e nome do credor? Pela nova resolução do CNJ, não é mais permitido consultar o precatório pelo CPF ou pelo nome completo do credor. Para saber o número do precatório é necessário contatar o escritório responsável pelo processo ou a assessoria jurídica do Sintergs.

Consigo saber o valor do meu precatório? Sim, mas apenas se já tiver em mãos o número de

precatório ou entrando em contato com o responsável por seu processo.

Como proceder no caso de falecimento do titular do processo?

Os herdeiros devem procurar imediatamente o escritório responsável para proceder as habilitações, pois vão suceder o credor principal na forma da lei.

O que significa o número que consta na informação do precatório com o título "posição na fila ordem cronológica"? O número mostra a posição que o credor está na fila para pagamento do precatório naquele momento. A posição pode variar de acordo com as prioridades por doença grave e idade.

Contatos para esclarecimentos

Sintergs

Telefone: (51) 99879-8662

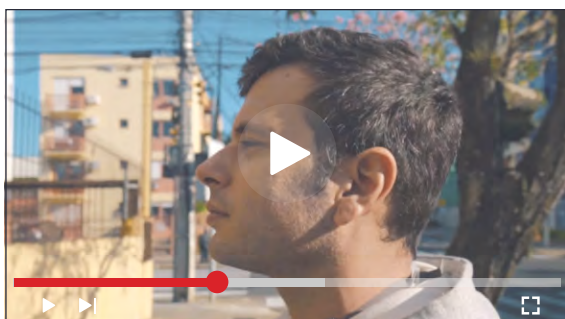
E-mail: cjuridico@sintergs.com.br

Site: sintergs.org.br

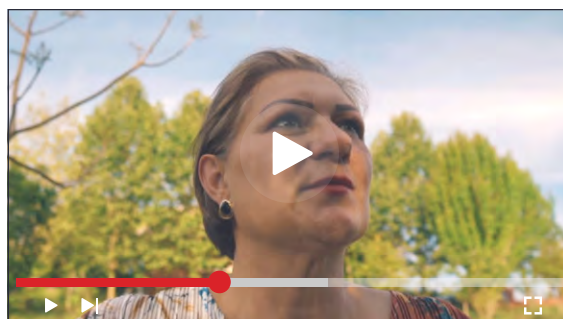
#FAÇOADIFERENÇA

Campanha traz histórias de vida dos servidores

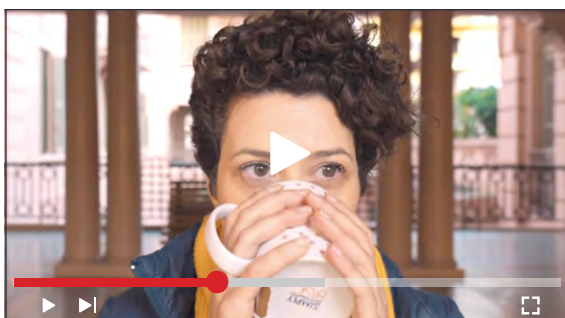
A campanha #façoadiferença, lançada em 2020 pelo Sintergs para valorizar os servidores que atuam no serviço público do Estado, somou mais de 333 mil visualizações. Nos vídeos, quatro profissionais de diferentes áreas contam suas histórias: a enfermeira Sersi, o arquiteto e urbanista Leopoldo, a especialista em economia da cultura Suelen e a médica veterinária Virgínia.



Leopoldo
ARQUITETO E URBANISTA



Sersi
ENFERMEIRA



Suelen
ESPECIALISTA EM ECONOMIA DA CULTURA



Virgínia
MÉDICA VETERINÁRIA



Canal no Youtube
#FAÇOADIFERENÇA

NOTAS



Sintergs doa brinquedos e jogos para crianças do Morro Santana

Três coletivos do Morro Santana, em Porto Alegre, foram beneficiados com a doação de R\$ 1.000,00 em brinquedos e jogos. O projeto abrange mil crianças de três comunidades – ocupação Continental, ocupação Julian e Vila das Laranjeiras. A iniciativa foi dos coletivos Mães da Periferia, Visão Periférica e Resistência Popular, que arrecadaram balas e doces, máscaras infantis, ingredientes para o preparo de cachorro quente e folhas de papel para material pedagógico para uma ação social realizada no Dia das Crianças.

Diretor do Sintergs é nomeado para o Conselho de Administração do IPE Saúde

O diretor 2º vice-presidente do Sintergs, Danilo Luiz Chiaradia Krause, foi nomeado para o Conselho de Administração do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul – IPE Saúde. Krause é suplente dos segurados pela União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública. A relação dos novos conselheiros do IPE Saúde foi publicada no Diário Oficial de 9 de outubro de 2020.



Sintergs promove campanha contra a reforma administrativa

Para somar forças na luta dos servidores contra a reforma administrativa do governo federal, o Sintergs lançou campanha publicitária em cinco veículos de comunicação. A ação é composta por banner digital e spots comerciais de rádio. Os associados podem conferir a campanha acessando os sites do Jornal Já, Sul21, Brasil de Fato RS e Hora do Povo. O Sintergs também está apoiando o grupo Matinal Jornalismo, que possui infor-

mativo exclusivo para assinantes, sendo que 92% têm curso superior completo. Em rádio e televisão, o Sintergs patrocina o Boca no Trombone, da Rádio Bandeirantes e Band TV. Em uma ação conjunta com a Frente dos Servidores Públicos do RS (FSP-RS), o Sintergs também participa de campanha contra a reforma administrativa do governo federal. O sindicato investiu na exibição de 50 outdoors que estão espalhados pela Capital.

Receba pelo WhatsApp notícias do Sintergs em primeira mão

Em 2020, o Sintergs criou um canal direto e unidirecional com os associados para divulgar notícias urgentes. Pelo WhatsApp oficial do sindicato, é possível receber informações importantes em primeira mão. O grupo é apenas para transmissão de informações, sem interação entre os participantes. A medida é evitar que notícias relevantes se percam entre várias mensagens, tornando o processo mais assertivo e eficiente. Por isso, o WhatsApp será um canal estratégico de divulgação de questões prioritárias, como ações de mobilização e temas jurídicos. Para ingressar no grupo, digite o seguinte endereço: encurtador.com.br/ksM34

Minimize seus danos! Potencialize seus direitos!

Associe-se ao Sintergs.

Como faço para me associar no SINTERGS?

Para se associar no SINTERGS, o servidor deverá fazer o download da FICHA DE INSCRIÇÃO no endereço <https://sintergs.org.br/cadastro>, preencher corretamente todos os dados (não esquecendo os números do “código de autenticidade” do mês atual, que são aqueles 10 números que estão na parte superior direita do seu contra-cheque).

Encaminhar a ficha assinada para o endereço: Rua José de Alencar, 1089 - Menino Deus - CEP: 90880-481 - Porto Alegre/RS. Os servidores residentes em Porto Alegre têm a opção de solicitar a busca da ficha já preenchida através do telefone: 51 3025.0011.

Qual o valor da contribuição?

Conforme acordo coletivo deliberado em assembleia geral, o valor da contribuição sindical é de 1,3% do básico inicial do Analista letra A. (R\$ 3.370,02 x 1,3% = R\$ 43,81).

Quais as principais bandeiras do SINTERGS?

O sindicato possui bandeiras históricas de trabalho em defesa dos Servidores Públicos. Dentre suas principais atuações está a luta pela Data-Base para os servidores e a reestruturação e modernização do Plano de Carreira, de forma a colocar os Analistas, Especialistas em Saúde e Extranumerário em um patamar salarial condizente com suas atribuições. Está também na essência da entidade, a luta pela Previdência Pública e pelo fortalecimento do IPE Saúde.

Direção SINTERGS (Gestão 2020/2022):

Antônio Augusto Rosa Medeiros - Diretor-Presidente

Elpídio Jacques de Borba - Diretor 1º Vice-Presidente

Danilo Luiz Krause - Diretor 2º Vice-Presidente

Angela Antunes de Souza - Diretora 1º Secretária

Joanes Machado da Rosa - Diretor 2º Secretário

Daniel Lima Gonzaga - Diretor Financeiro

Francisco Menegat - Diretor Financeiro Adjunto

Guilherme Toniolo - Diretor de Política Salarial

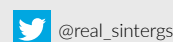
Humberto Periolo - Diretor Setorial, de Assuntos

Funcionais e de Qualificação Técnica

Valdir Bandeira Fiorentin - Diretor de Comunicação

Nelcir André Vamier - Diretor de Assuntos Regionais e Setoriais

Raquel Fiori - Diretora de Assuntos Previdenciários e Saúde



Rua José de Alencar, 1089 | CEP 90880-481 | Porto Alegre - RS
| Fone: 51 3025.0011 | sintergs@sintergs.com.br

www.sintergs.org.br

Coordenação: Valdir Bandeira Fiorentin

Edição e Textos: Bruna Karpinski, Flávio Ilha e Karen Viscardi

Projeto Gráfico e Diagramação: Agência Bongó

Tiragem: 7.000 exemplares